

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

ENTRE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: A DESCONSIDERAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS DITADURAS MILITARES¹

Vitória Pause Cazalli², Ivo Dos Santos Canabarro³.

¹ Projeto de Iniciação Científica desenvolvido no Curso de Direito

² Bolsista PIBIC/CNPq, aluna do Curso de Direito da UNIJUÍ, vitoriacruzalli@gmail.com

³ Orientador, professor do Departamento de Humanidades e Educação da UNIJUÍ

Neste estudo buscou-se a abordagem da Ditadura Militar a partir do minucioso trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional da Verdade (doravante CNV), criada com a intenção de promover a reconciliação do Estado com os brasileiros, mediante a elucidação das ocorrências do período ditatorial. Dessa forma, realizou-se uma reunião dos dados encontrados no relatório final produzido pela Comissão Nacional da Verdade, pois importante para o processo de reconstrução da verdade histórica diante das atrocidades cometidas em face dos direitos humanos pelo regime militar brasileiro.

A metodologia do presente estudo dividiu-se em quatro etapas, quais sejam: revisão bibliográfica, pesquisa aplicada, pesquisa de campo, produção bibliográfica e documental. Durante a revisão bibliográfica, ocorrida durante os meses de agosto e setembro, foram revisados livros, artigos e pareceres relativos à memória coletiva, aos direitos humanos, bem como as comissões da verdade. Num segundo momento, em sede de pesquisa aplicada, foram pesquisados materiais como vídeos, fotografias, filmes e demais documentos sobre o tema, no decorrer dos meses de outubro, novembro e dezembro. Relativamente à etapa da pesquisa de campo, realizada do mês de janeiro a maio, nos quais cuidou-se da pesquisa em história oral com pessoas que, de alguma forma, foram atingidas pela ditadura militar no Brasil. Por fim, a quarta fase compôs-se da produção bibliográfica e documental, calcada na produção de um banco de dados no intento de produzir-se um banco de dados, processo que perdurou em todo o desenrolar da pesquisa.

Relativamente à metodologia utilizada para a coleta de dados, valemo-nos do relatório final produzido pela Comissão Nacional da Verdade, que está disponível no endereço eletrônico www.cnv.gov.br para angariar dados. O relatório é composto de três volumes. O volume I subdivide-se nas seguintes partes: A Comissão Nacional da Verdade; As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos; Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas; Dinâmica das graves violações de direitos humanos: casos emblemáticos, locais e autores O Judiciário; Conclusões e recomendações. O volume II, por sua vez, trata de textos temáticos ao passo em que o volume III cuida do tema dos mortos e desaparecidos políticos. A partir da leitura atenta dos três volumes foram anotadas as informações trazidas ao logo do relatório, que foram compiladas em uma tabela.

Neste trabalho buscou-se o entendimento do papel desempenhado pela CNV e sua contribuição na construção das memórias e identidades sociais no que tange à ditadura militar brasileira. Buscou-se, outrossim, as vinculações e semelhanças com os países do Cone Sul que também implementaram comissões com a idêntica finalidade.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

Construiu-se um embasamento teórico que trata da relação memória-esquecimento, no intento de proceder-se a uma pesquisa empírica com dados sobre as comissões da verdade instituídas em outros países para posteriormente adentrarmos especificamente na CNV brasileira.

Toda esta pesquisa, realizada até o presente momento, fez com que entendêssemos que o papel das comissões da verdade na América Latina é decisivo para a implementação de um estado democrático nos períodos posteriores às ditaduras militares que aconteceram a partir da década de 1960, marcados pelo extremo autoritarismo de estado, todos comandados por militares. Foram períodos de maior desconsideração dos direitos humanos e liberdades pessoais, onde o autoritarismo atingiu sua maior faceta institucional.

A violação dos direitos humanos aconteceu no interior do próprio estado, em suas instituições sob o comando de seus agentes e funcionários que estavam a serviço das ditaduras. Foram anos de chumbo, com repressões, torturas, desaparecimentos e mortes. Por isso, construir uma memória que possa recapitular esses anos é ainda uma tarefa árdua, pois grande parte dos documentos sobre esse período não está disponível para pesquisa. As comissões da verdade nesses países tiveram acesso a toda a documentação, o que foi crucial para a confecção dos relatórios finais.

A Comissão Nacional da Verdade no Brasil foi instituída, em novembro de 2011, pois inclusive já havia a cobrança de um processo de reconciliação do estado com a sociedade. Neste sentido, a comissão tem como meta recuperar a memória das vítimas do Estado, para trazer à tona questões que dizem respeito à identidade desses sujeitos, para que as famílias tenham uma noção do paradeiro de seus desaparecidos.

Deste modo, o relatório final apresentado pela CNV em dezembro de 2014, contribui decisivamente para uma nova abordagem da história do tempo presente, pois há muito ainda para ser construído na historiografia brasileira sobre a ditadura militar.

A memória social é um processo em constante construção, desta forma uma nova abordagem sobre a ditadura militar a partir da comissão da verdade é uma perspectiva que vai trazer para os historiadores uma verdade possível sobre um período do tempo presente. Somos todos favoráveis para que se construa uma versão mais próxima possível daquilo que realmente ocorreu, uma verdadeira lição histórica para as novas gerações, para que nunca mais se repita os períodos totalitários.

A memória é construída a partir do Relatório final da CNV, pois o mesmo contém dados sobre as investigações elaboradas pela comissão ao longo de dois anos e sete meses, referentes à prática de torturas; mortos; corpos encontrados; exilados; perseguidos; repressões a trabalhadores, grupos políticos, militares e sindicalistas; suicídios; chacinas; violência sexual; vítimas menores, entre outros, bem assim seus responsáveis.

Os resultados obtidos revelam que muitos brasileiros, direta ou indiretamente, foram vítimas do Estado durante o período da vigência do regime ditatorial. Tratam-se de mortos, desaparecidos políticos, torturados e perseguidos de outras formas por terem, à época, divergido do regime ditatorial. Com sucesso, a Comissão Nacional da Verdade conseguiu detalhar casos ocorridos no período mediante um árduo trabalho efetuado por intermédio da realização de audiências públicas, análise de documentos, oitiva de vítimas e seus parentes, bem assim dos próprios militares da época. Esta reconstrução histórica foi pelo trabalho em comento estudada e a partir de então angariados os dados que seguem:

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

Recomendações produzidas pela CNV 29
Mortos em decorrência da ditadura 191
Desaparecidos políticos 243
Audiências públicas realizadas pela CNV 75
Depoimentos colhidos nas audiências públicas 565
Estados que sediaram as audiências 14
Laudos periciais 21
Croquis relativos às unidades militares e outros locais utilizados para cometimento de graves violações de direitos humanos 15
Visitas a arquivos públicos e instituições congêneres para busca e pesquisa de documentos 98
Procedimentos de exumação 04
Procedimentos destinados à coleta de depoimentos 11
Entrevistas 24
Homicídios cometidos em face dos membros da Ação Libertadora Nacional (ALN) 14% do total
Homicídios cometidos em face dos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) 9% do total
Homicídios cometidos em face dos membros da VAR-Palmares 6% do total
Homicídios cometidos em face dos membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) 5% do total
Homicídios cometidos em face dos membros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) 5% do total
Homicídios cometidos em face dos membros do Partido Brasileiro Comunista Revolucionário (PCBR) 4% do total
Homicídios cometidos em face dos membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) 3% do total
Homicídios cometidos em face dos membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) 3% do total
Porcentagem de mortos pertencentes a algum movimento 50% do total
Mortos sem militância identificada 25%
Autores (autoria direta e indireta) 377
Corpos identificados 33
Instalações no Brasil 230
Instalações no Rio Grande do Sul 39
Cidades que sediaram as instalações no RGS 16
Militares nacionalistas, socialistas e comunistas perseguidos 6.591

Por certo, tendo em consideração que a análise foi realizada a partir de leituras, sem um software que computabilize e cruze as informações, pode ela apresentar margem de erro.

Resgatar informações relativas à época repressora dominada pela Ditadura Militar e compilá-las em dados reaviva a memória da sociedade e dá ciência àqueles que não são contemporâneos ao período das atrocidades cometidas pelo Estado em face de seus indivíduos. Trata-se de quantificar atos, locais, agentes, vítimas, que representam uma concepção de descartabilidade do ser humano. O relatório desenvolvido pela Comissão Nacional da Verdade cuidou de revelar os erros anteriormente cometidos pelo Estado e se traduz como uma maneira de reconciliação dele para com a sociedade. Nesse sentido, a apuração numérica vem a ser concretização dessa realidade e colabora para uma

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

permanente mudança de paradigma da relação Estado-indivíduo, na medida em que promove a memória, não permanecendo que o período em comento seja esquecido.